

"O BC conversa mais com o mercado do que com a Fazenda", afirma Haddad

Entrevista Para ministro, ajuste de SP busca mais reduzir gasto tributário; ele afirma que BC 'fala mais com mercado' e que não cogita mudar meta

Plano de Tarcísio tem 80% de inspiração na Fazenda, diz Haddad

Maria Cristina Fernandes e Sergio Lunardi
De São Paulo

Em audiência pública na semana passada na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que os ruidos sobre a trajetória fiscal do governo se agravaram de um mês para cá porque havia um "fantasminha" fazendo a cabeça das pessoas e ruidos que são "patrocinados" e não são reais.

"O fantasminha" não tem nome nem sobrenome, mas tem sido associado ao impacto no mercado de corrente da fala do presidente do Banco Central, em Washington, em meados de abril. As declarações de Roberto Campos Neto trouxeram o risco de uma eventual "perda de credibilidade" da âncora fiscal de "mais caro o lado monetário" e indicaram um corte menor dos juros na reunião de maio do Copom.

Em entrevista ao Valor, Haddad descarta a "falácia" de que o BC não deixa dúvidas de que a relação com o presidente do BC já foi mais azeitada. Ele atribui a volatilidade no mercado a problemas "que não existem" e aponta uma assimetria nos diálogos da autoridade monetária: "Eles conversam muito mais, infinitamente mais com o mercado financeiro do que com a Fazenda. Às vezes, dá impressão de que conversar com a Fazenda é um pecado e conversar com o mercado é o dia inteiro não".

O ministro nega cobrança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que se volte mais para o governo do que para os agentes do mercado. Reconhece que Lula voltou ao poder com uma "ansiedade" maior em responder aos "anseios sociais", e que não impediu de aceitar o arcabouço fiscal: "A ansiedade dele é a expressão da ansiedade do país".

Indagado ainda sobre o esboço decorrente do plano de ajuste fiscal do governador paulista Tarcísio Freitas, diz que 80% de seu conteúdo se inspira em medidas já adotadas pelo governo federal.

Haddad embarca na segunda-feira para uma conferência em Roma, em que dividirá mesas com os ministros da Fazenda da Itália (Giancarlo Giorgetti) e da Indonésia (Siti Mulyani Indrawati) e pretende discutir a taxa de despesa. Já ainda aguarda uma audiência com o papa Francisco antes de voltar ao Brasil no dia 5. Na manhã da quarta-feira, o ministro recebeu o Valor na sede do Ministério da Fazenda na avenida Paulista para a entrevista a seguir:

Valor: Esta guinada de um Fernando Haddad mais político responde a uma pressão do presidente por um ministro que atenda mais ao governo do que ao mercado?

Haddad: Não identifico nenhuma guinada. Sempre me dei bem com o Congresso desde os tempos de ministro da Educação, nunca tive um projeto rejeitado, todos negociados e aprovados. O mesmo aconteceu na prefeitura de São Paulo e agora não está sendo diferente. Até porque estou fazendo aquilo que acho de ser presidente que faria na viagem para o Egito em 2022 (para a COP27): reforma tributária, marco fiscal e corte de gastos tributários.

Valor: Nesta volta do presidente ao poder, o senhor o vê mais obstinado por um Estado com avanço do crescimento e mais talento estrangeiro?

Haddad: Ele não teria aceito o novo marco fiscal se isso tivesse mudado substancialmente. Mas reconheço que presidente estava ansioso por responder aos anseios sociais, depois de ter deixado a Presidência em 2010 como técnico. Estava incomodado com o que tinha acontecido no Brasil e ansioso por geração de emprego e melhoria da renda. Isso está ocorrendo. O Caged [Cadastro Geral de Empregados e Desempregados] de abril mostrou a geração

de 240 mil postos de trabalho. Vamos bater quase 950 mil no quadri-
mestre. Não é pouco significativo.

Valor: Mas essa ansiedade não torna os custos mais difíceis para o senhor?

Haddad: Torna mais desafiadora, mas ansiedade dele é a expressão da ansiedade do país, de evitar a enxergar um horizonte de esperança, de desenvolvimento.

Valor: Sobre esse questionário que o senhor atende muito ao mercado e encontra demais com empresários e banqueiros?

Haddad: Essa queixa nunca existiu. Encontro com todo mundo. Recebo MSI, M&S, I&V [Instituto para o Desenvolvimento do Varejo], Shein. Dedico todas as sextas-feiras a ouvir os setores da economia, incluindo o movimento social. Erra-se menos quanto mais se ouve.

Valor: Mas há hoje um temor no meio empresarial e financeiro de que o senhor se afaste dos compromissos iniciais. Precede?

Haddad: Não sei de onde saiu esse tipo de rumor. Muita gente ganha uma volatilidade de mercado. Nosso papel é comunicar bem para mitigar efeitos desse tipo de boataria que prejudica o pequeno poupador.

Valor: O senhor disse na Câmara que tinha um "fantasminha" fazendo a cabeça das pessoas e que os ruidos vão desaparecer porque eles foram patrocinados e não são reais. Quem é o "fantasminha"?

Haddad: Não queria fulanizar o debate, mas há interesse em causar medo, de que se lesionssem em uma reunião do IPCA-15 e, de novo, veio abaixo da mediana. Não faz sentido discutir nosso compromisso com o combate à inflação. No Congresso fiz uma afirmação, pouco antes, de que se lesionssem em consideração a maquiagem da inflação de 2022 com a desoneração eleitoral dos combustíveis, a taxa medida pelo BC foi de 8,25%. Dois anos depois, a inflação está abaixo de 4%, pelo segundo ano consecutivo, está caindo.

"Presta-se pouca atenção no impacto do Legislativo e do Judiciário no resultado fiscal"

Valor: Essa sua declaração de que a meta de 3% é "oigentíssima" causou algum ruído no mercado? O governo cogita elevar essa meta?

Haddad: Quando a pessoa vê o piscar [informação instantânea em serviços de tempo real] e não lê o contexto da declaração, acontece isso. Falei que a meta de inflação é oigentíssima para o histórico do Brasil, que, poucas vezes, conseguiu cumprir e isso pode acontecer neste ano, no ano que vem ou no próximo governo, porque a cada ciclo acontece o mesmo debate. Talvez seja necessário um debate mais profundo sobre a regra porque senão nós vamos ficar sem previsibilidade em virtude do calendário eleitoral.

Valor: Qual é a melhor regra? **Haddad:** Na época em que era ministro da Educação entendi que o Brasil precisa pouco em educação como proporção do PIB e um dos meus leigos na educação foi aumento de investimento em educação como proporção do PIB. Isso permitiu universalizar a pré-escola e triplicar o número de matrículas na educação superior, fazer a maior expansão de matrículas em creche etc.

Valor: Imagine que o senhor tenha uma proposta para este debate. Qual é a sua proposta para tornar esta regra mais perene? **Haddad:** Se não fossem essas regras, muito provavelmente a educação pública e o SUS estariam em situação de miséria. A discussão disso não é o caso de preservação das conquistas, mas é abrir uma

com a Fazenda. Às vezes dá impressão de que conversar com a Fazenda é um pecado e conversar com o mercado é o dia inteiro não. Os diretores do BC conversam quase todo dia com gente de mercado e, vez ou outra, com técnicos da Fazenda. Defendo que se converse com o mercado e com o setor produtivo.

Valor: O senhor vai ser a pessoa mais importante a ser ouvida por Lula na indicação do próximo presidente do BC. Quem tem melhor perfil, [Marcelo] Kayath [sócio do QMS Capital] ou [Gabriel] Galpão [diretor de política monetária do BC]?

Haddad: É uma prerrogativa do presidente. Ele não vai ouvir só a mim. Minha opinião vai pesar, mas está é uma atribuição dele escolher e eu, evidentemente, se perguntado, vou emitir minha opinião, mas não vou tratar de nomes. Não seria bom nem para o BC.

Valor: As expectativas da inflação para 2026 aumentaram depois de 46 semanas. O FOCUS indica Selic de 10% ao fim do ano. O espaço para o redução do juro está próximo do fim ou já acabou?

Haddad: Pelas declarações dos diretores, que acompanho mais pela imprensa do que pessoalmente, penso que estão abertos a tomar decisão com base nos dados que vão sendo apurados, dentre os quais, as expectativas, que pesam, mas não são o único insumo.

Valor: Por que houve um recuo da nomeação de quem era o ministro [econômico da FGV] Bráulio Borges que sugeria a desvinculação da Previdência da política de valorização do salário mínimo?

Haddad: Aquele artigo é muito mais abstrato do que pode parecer. Falava corajosamente da base do século [a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins], coisa que nenhum economista até hoje abordou, para minha surpresa, porque é um dado da maior relevância.

Valor: A ministra do Planejamento Simone Tebet deu entrevista ao Valor defendendo a projeção de cenário semelhante ao do artigo. O senhor defendeu uma discussão mais perene. Como assim?

Haddad: Essas ideias não são novas. E, no caso da questão da vinculação do mínimo a benefícios sociais, vejo um problema de ordem jurídica. Não sei se esta vez passará pelo teste da constitucionalidade, em função de garantias sociais mínimas estabelecidas na Constituição.

Valor: Há a possibilidade de ser vista como cláusula pétra? **Haddad:** Pode. São temas que ou são enraizados de forma suprainstitucional, como questões de Estado, ou não vão prosperar, porque vão sempre faltar maturidade e vai sobrar demagogia. Estou de peito aberto aqui sem tergiversar. São temas sensíveis, mas a sociedade tem que discutir e isso pode acontecer neste ano, no ano que vem ou no próximo governo, porque a cada ciclo acontece o mesmo debate.

Valor: Na audiência na Câmara o sr. mencionou a bomba fiscal do governo anterior, mas há as deste governo, como aquela decorrente da valorização do salário mínimo. Como vai desmontá-la?

Haddad: O déficit público vai cair neste ano e no ano que vem. No primeiro quadrimestre o déficit primário estimado é de R\$ 14 bilhões. O resultado da desoneração foi de R\$ 20 bilhões. O compromisso é mandar a compensação das desonerações para garantir uma reestruturação gradual. Foi o acordo político possível. Começou um furoteto como se o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023 não previesse R\$ 63 bilhões de déficit, como se a rubrica do Bolsa Família estivesse no patamar adequado para cumprir a promessa eleitoral, como se a chamada PEC do Calote [dos precatórios] não fosse ser julgada inconstitucional e como se não tivéssemos que indenizar os Estados pelo colapso no ICMS sobre combustíveis.

A soma há R\$ 250 bilhões. Querem fazer recair sobre os ombros do presidente Lula esta herança.

Valor: Há a percepção de que algumas receitas estão superestimadas e que o lado das despesas não está sendo cuidada. O arcabouço está arranhado?



Haddad: "O terceiro bimestre será difícil para nós, especialmente o RS. A partir de julho, a economia gacha começa a recuperar"

discussão sobre a melhor maneira de continuar protegendo de maneira adequada setores perante os quais nós temos compromisso.

Valor: Na vigência do teto de gastos, o piso de saúde e educação já deixou de acompanhar a receita. O senhor acha possível uma medida nesse sentido?

Haddad: Nosso papel é colocar os prós e contras sobre a mesa. A reforma tributária foi feita num amplo processo democrático. Saiu como a Fazenda queria? Não, saiu como a melhor reforma tributária possível num regime democrático. Temos tido um comprometimento grande do Judiciário com as consequências econômicas das decisões jurídicas que hoje é uma cláusula legal. Saindo o relatório do FMI dizendo que o PIB potencial do Brasil mudou de 2% para 2,5%. E assim que se reconstrói um país que está há dez anos patinando. O passado ilumina nosso comportamento no futuro. Na questão do milhão defendemos o critério do PIB per capita, mas outra tese venceu.

Valor: Como o senhor imagina poder manter a proteção desses setores vulneráveis da sociedade e manter o arcabouço fiscal?

Haddad: Já governamos este país em outras condições, em que nós compatibilizamos redução de dívida, redução de inflação, crescimento econômico e proteção social. As condições são outras, mas vamos nos adaptar a elas.

Valor: Na audiência na Câmara o sr. mencionou a bomba fiscal do governo anterior, mas há as deste governo, como aquela decorrente da valorização do salário mínimo. Como vai desmontá-la?

Haddad: O déficit público vai cair neste ano e no ano que vem. No primeiro quadrimestre o déficit primário estimado é de R\$ 14 bilhões. O resultado da desoneração foi de R\$ 20 bilhões. O compromisso é mandar a compensação das desonerações para garantir uma reestruturação gradual. Foi o acordo político possível. Começou um furoteto como se o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023 não previesse R\$ 63 bilhões de déficit, como se a rubrica do Bolsa Família estivesse no patamar adequado para cumprir a promessa eleitoral, como se a chamada PEC do Calote [dos precatórios] não fosse ser julgada inconstitucional e como se não tivéssemos que indenizar os Estados pelo colapso no ICMS sobre combustíveis.

A soma há R\$ 250 bilhões. Querem fazer recair sobre os ombros do presidente Lula esta herança.

Valor: Há a percepção de que algumas receitas estão superestimadas e que o lado das despesas não está sendo cuidada. O arcabouço está arranhado?

Valor: A ausência de um relator

Haddad: Não. Disse no fim do ano passado que o Orçamento estava com receitas extraordinárias superestimadas e receitas ordinárias subestimadas. Reduzimos, no segundo relatório, de R\$ 35 bilhões para R\$ 10 bilhões as receitas com concessões. E você terá novidades positivas no terceiro bimestre com as transações [tributárias] que estão em curso no Carf.

Valor: Quais medidas pelo lado do gasto o sr. pretende apresentar?

Haddad: A virtude do arcabouço é que tem uma regra de gasto combinada com uma regra de resultado primário. Na Lei de Responsabilidade Fiscal, introduziu-se a meta de resultado primário, mas não se cuidou da evolução da despesa. O teto de gastos não cuidava da receita. Em 2015 a despesa era recorrentemente acima de 19% do PIB, e a receita, abaixo de 18%. Temos que cuidar das duas coisas. Não falta esforço da Fazenda por isso.

"Em nenhum momento se cogitou mudar a meta de inflação"

Valor: O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, anunciou um plano de ajuste. Há cobranças para o governo federal fazer o mesmo. Como vê o plano?

Haddad: O Tarcísio está muito inspirado na Fazenda porque 80% do plano é redução do gasto tributário e redução do juro da dívida de São Paulo, que é o trabalho que estamos fazendo. No nosso caso, o juro não é contratual, é a Selic, mas o dele é. Ele depende do Executivo federal para conseguir. E sabe que há boa vontade do Executivo federal para isso. Está colocando na conta da Fazenda nacional parte do plano. E o trabalho de corte de gastos é contínuo.

Valor: O que tem sido feito? **Haddad:** É inaceitável o que ocorreu nos cadastros dos programas sociais. Passamos anos para resolver os problemas das condicionalidades do Bolsa Família, que envolvia saúde e educação. Isso foi um trabalho elogiado pelo Banco Mundial, premiado mundo afora. Agora está sendo reconstruído. As filas homéricas do INSS estão sendo resolvidas. O mercado presta pouca atenção no que ocorre no Legislativo e no Judiciário. Como se o resultado fiscal fosse uma atribuição exclusiva do Poder Executivo.

Valor: A ausência de um relator

ânio não vai dificultar a negociação da Fazenda na regulamentação da reforma tributária?

Haddad: Não posso me imiscuir em assunto interno da Câmara. Pretendo colocar à disposição das comissões os melhores técnicos que temos para que toda proposta passe por crivo rigoroso. Quanto menos exceções tivermos, melhor. Conheço os membros das comissões e vejo boa-fé. Haverá grupos que vão defender interesses próprios. Nosso papel é desnudá-los.

Valor: Que balance o sr. faz desses 20% de taxa das compras internacionais até US\$ 50? Tem um embute com o presidente, não?

Haddad: A Receita fez chegar às autoridades, à época, que o que ocorria no Brasil era um furoteto ao contrabando e uma fraude ao "de minimis", o mecanismo pelo qual uma pessoa do exterior pode mandar para um residente bem até US\$ 50. As autoridades econômicas do governo Bolsonaro foram alertadas sobre a fraude e não se fez nada. Mas esse negócio cresceu a ponto de atingir quase 200 milhões de pacotes por ano. A situação se tornou insustentável porque começou a fazer diferença para o varejo da periferia. A Fazenda criou o programa Remessa Conforme, uma plataforma de fiscalização, eliminou temporariamente o imposto federal, chamou os governadores para acordo no Confaz, então eles voltaram a arrecadar ICMS sobre o varejo.

Valor: O impacto do que ocorreu no Rio Grande do Sul vai ser localizado ou pode ter um efeito mais forte na economia brasileira?

Haddad: O terceiro bimestre, maio/junho, vai ser difícil para nós, especialmente para o Rio Grande do Sul. Como é 7,3% da economia nacional, tem um impacto global. A partir de julho, a economia gacha vai começar a recuperar e a nossa intenção é que até o fim do ano ela devolva o que perdeu neste bimestre.

Valor: Como a persistência do juro alto nos EUA afetará a trajetória do juro e do câmbio no Brasil e a atração de investimentos?

Haddad: Não é um problema local, afeta todos os mercados, sobretudo os emergentes. Depois do G20 de Marrakech havia a perspectiva de o Fed começar a cortar em junho. Os mais otimistas chegaram a apostar em março. Houve falha de comunicação da autoridade monetária americana que levaram investidores a erro e geraram um ruído enorme no mundo inteiro. Acredito que ainda neste ano se iniciará um ciclo de cortes, mas não que possa ser afiançado. Temos que aguardar.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 4